

O POPULISMO E SUAS POLÊMICAS:

A TRAJETÓRIA DO CONCEITO NA OBRA DE BOB JESSOP

Luís Henrique Fonseca Assumpção¹

RESUMO

Este artigo analisa a trajetória e a originalidade do conceito de populismo na obra de Bob Jessop, contrastando-a com as vertentes culturalistas e pós-marxistas. Inicialmente, examina-se a crítica de Jessop ao "populismo autoritário" de Stuart Hall, argumentando que a ênfase na ideologia negligencia a "política de poder" e a base material das decisões estatais. Em um segundo momento, o texto aborda a divergência com Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, na qual Jessop rejeita a "exorbitação da linguagem" em favor da seletividade estratégica, sustentando que o discurso não flutua livremente, mas é mediado por restrições institucionais. Por fim, introduz-se a Economia Política Cultural (CPE) como referencial teórico-metodológico, definindo o populismo como uma estratégia de redução de complexidade e uma forma de representação política acionada em crises orgânicas. O estudo conclui oferecendo diretrizes para pesquisadores, reafirmando o populismo como uma relação social fluida que articula projetos de Estado à materialidade econômica

ABSTRACT

This article analyzes the trajectory and originality of the concept of populism in the work of Bob Jessop, contrasting it with culturalist and post-Marxist perspectives. Initially, it examines Jessop's critique of Stuart Hall's "authoritarian populism," arguing that an overemphasis on ideology neglects the "politics of power" and the material basis of state decisions. Subsequently, the text addresses his divergence from Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, in which Jessop rejects the "exorbitation of language" in favor of the concept of strategic selectivity, maintaining that discourse does not float freely but is firmly mediated by institutional constraints. Finally, it introduces Cultural Political Economy (CPE) as a theoretical-methodological framework, defining populism as a complexity-reducing strategy and a form of political representation triggered during organic crises. The study concludes by offering

¹ Mestrando do PPHR - programa de pós graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5783112847041755>

methodological guidelines for researchers , reaffirming populism as a fluid social relation that articulates state projects with economic materiality

Palavras-chave: Populismo; Bob Jessop; Abordagem Relacional Estratégica; Economia Política Cultural

INTRODUÇÃO

O conceito de populismo ocupa uma posição paradoxal nas ciências sociais contemporâneas: é simultaneamente uma das categorias mais mobilizadas para a análise política e uma das mais ferozmente contestadas em termos de precisão analítica. Desde suas primeiras manifestações associadas ao radicalismo agrário no final do século XIX (*Narodniks* na Rússia, o *People's Party* nos EUA) até sua onipresença atual como descritor da erosão das normas democráticas liberais, o populismo sofreu uma metamorfose contínua. Das diversas definições que adquiriu em diferentes conjunturas, foi tido como uma ideologia, como uma estratégia política, como um estilo discursivo e até mesmo como uma lógica política específica de articulação de demandas.

Esta relutância em fixar-se numa definição única reflete não apenas a complexidade do fenômeno, mas também as batalhas epistemológicas que marcaram a teoria crítica no último meio século. A trajetória intelectual do sociólogo político Bob Jessop é a prova disso: durante sua vida, se envolveu em inúmeros debates que abordaram ou tangenciaram a categoria analítica de populismo, terminando por destacá-la como parte de sua abordagem autoral sobre o Estado.

O presente artigo tem o objetivo de abordar o conceito de Populismo na obra de Bob Jessop, com o intuito de divulgar o pensamento desse proeminente pesquisador sobre o Estado, ainda pouco conhecido no Brasil. Para tal, em primeiro lugar, revisitamos dois debates históricos que o autor se envolveu que tratam da questão do populismo: o primeiro foi a polêmica sobre Populismo autoritário, travada na *New Left*

Review com Stuart Hall. A segunda as críticas o autor, contemporaneamente, destinou ao pós-marxismo, em especial ao filósofo argentino Ernesto Laclau e à cientista política belga Chantal Mouffe, ambos os autores influentes teóricos do populismo.

Numa terceira parte do artigo, debruçamo-nos sobre algumas obras modernas de Jessop, para entender qual o lugar do populismo em sua obra e como ele pode ser trabalhado como referencial teórico-metodológico nos dias atuais.

O DEBATE SOBRE POPULISMO AUTORITÁRIO (PA) E A CRISE DO ESTADO: BOB JESSOP E STUART HALL NA ENCRUZILHADA DO TATCHERISMO

O primeiro grande debate sobre o conceito de populismo na obra de Bob Jessop se deu quando ainda era colunista da famosa revista marxista inglesa *New Left Review* (NLR). Apesar de ter sido fundada com participação fundamental de figuras como E. P. Thompson e Stuart Hall, nomes que ficariam conhecidos por suas contribuições seminais à História Social e aos Estudos Culturais, a publicação passou por uma profunda guinada teórica com a ascensão de Perry Anderson ao posto de editor-chefe ainda na década de 1960. Com a saída de Thompson e Hall do corpo editorial, a NLR distanciou-se do humanismo marxista, fortemente ancorado na agência, na cultura e nas experiências oriundas das lutas das bases populares, para abraçar um marxismo de inclinação estruturalista, voltado à teoria continental europeia e à macrossociologia do capitalismo.

A conjuntura inglesa do período não era menos pacífica que seu ambiente teórico. A economia britânica vinha passando por longa recessão desde os anos 1970, com a crise do Estado de Bem-Estar Keynesiano. Os decréscimos dos índices econômicos junto com a profunda agitação industrial dos trabalhadores anunciavam o colapso do consenso social-democrata: o “Estado de bem-estar social”, com todas as suas polêmicas e contradições, não mais parecia dar conta das contradições do sistema capitalista que vinham se desenhando desde o choque do petróleo em 1970.

Assim, a originalidade da conjuntura britânica residia no fato de que a fase inicial desta profunda crise de acumulação foi gerida por um governo social-democrata.

O Partido Trabalhista, no poder durante grande parte da década de 1970, tentou administrar a crise capitalista através de estratégias corporativistas, buscando incorporar as cúpulas sindicais em acordos de Estado (os chamados "Contratos Sociais") que, na prática, impunham restrições salariais severas à classe trabalhadora. Stuart Hall (2022, p. 194), identificou perspicazmente que a eleição de Margaret Thatcher em 1979, promovendo uma das primeiras experiências neoliberais em países europeus, carregava consigo o fracasso da esquerda inglesa em administrar o Estado nesse contexto de crise, acabando por se tornar "gestora natural" do declínio capitalista.

Em meio à crise, Hall era um dos principais nomes da *Marxism Today* (MT), originalmente a revista teórica oficial do Partido Comunista da Grã-Bretanha (CPGB). A partir do final da década de 1970, o periódico passou por uma revolução editorial sob a direção de Martin Jacques, tornando-se o epicentro intelectual da ala marxista influenciada pelos Estudos Culturais de Birmingham² e pela leitura de Gramsci.

Em linhas gerais, a MT argumentava que a esquerda tradicional estava presa a esquemas industriais obsoletos, ignorando as profundas transformações sociológicas, a fragmentação da classe operária e a ascensão de novos movimentos sociais (feminismo, movimento negro, ecologia). Neste contexto, a revista postulou que a política operava fundamentalmente no nível da ideologia, da cultura e da construção de identidades. Para derrotar o "Thatcherismo" (ideologia política e econômica neoliberal de Margaret Thatcher), a esquerda precisava parar de se fixar em determinações de classe automáticas e iniciar uma longa "guerra de posição" para rearticular o "senso comum" da sociedade civil. O conceito de Populismo Autoritário nasceu e floresceu nestas páginas (Hall, 2021)³.

Visando analisar os significados mais profundos do "thatcherismo", o ponto de partida teórico do sociólogo britânico-jamaicano foi o conceito de "Estadismo

² Os Estudos Culturais de Birmingham surgiram no *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS) na Universidade de Birmingham, Inglaterra, durante a década de 1960. Tendo como expoentes centrais nomes como E. P. Thompson, Richard Hoggart, Raymond Williams e o próprio Stuart Hall, a escola propôs inovações metodológicas ao analisar a cultura de massa, a mídia e as práticas cotidianas como arenas fundamentais de disputa de poder, hegemonia e resistência (envolvendo classe, raça e gênero). Stuart Hall destacou-se, sobretudo, por seu modelo de "codificação/decodificação" na comunicação e por suas profundas reflexões sobre identidade e representação. Sobre o tema, ver: Escosteguy, 2001, pp. 27-45

³ Livro "The Hard road to renewal: Thatcherism and the Crisis of the Left" (2021), de Stuart Hall, procura fazer essa visão de conjunto, inclusive mencionando a polêmica que teve com Bob Jessop.

Autoritário" (*Authoritarian Statism*), formulado no final da vida pelo marxista estruturalista Nicos Poulantzas⁴. Poulantzas havia diagnosticado uma tendência nos capitalismo avançados para a centralização intensiva do controle estatal sobre a vida socioeconômica, combinada com um declínio radical das instituições de democracia política e uma restrição das liberdades formais. Hall concordou com a descrição do aparato coercitivo, mas argumentou que Poulantzas havia cometido um erro analítico: o conceito de Estadismo Autoritário não conseguia capturar o esforço implacável e bem-sucedido do Thatcherismo para vincular ou construir um consentimento popular ativo para essas novas formas de autoritarismo. Em outras palavras, o sucesso de projetos neoliberais, reflexos da derrocada dos valores democráticos, estavam ligados à capacidade de, para além de coagir, conquistar o apoio da população. Poulantzas via a coerção descendo do Estado, mas ignorava a mobilização populista ascendendo da sociedade civil. Para preencher essa lacuna, Hall cunhou a expressão Populismo Autoritário (*Authoritarian Populism – PA*)⁵.

A partir disso, Hall (2021, s. p.) formula que o PA é, antes de tudo, uma forma específica do Estado capitalista. Para o thatcherismo, ele funcionou fundindo duas matrizes discursivas aparentemente contraditórias em uma unidade política de considerável efetividade: a doutrina do livre mercado, elaborada na forma de neoliberalismo (cujas características são o individualismo possessivo, o antiestatismo visceral, a escolha competitiva e o desmantelamento dos serviços coletivos públicos) e o conservadorismo orgânico (Toryismo⁶): evocando temas profundamente arraigados na

⁴ A segunda fase da obra de Nicos Poulantzas, consolidada em meados da década de 1970, marca uma transição do estruturalismo de suas primeiras obras para uma concepção do Estado como uma "relação social" ou, mais precisamente, como a "condensação material de uma correlação de forças entre classes e frações de classe". Nesta fase, o autor questiona o caráter estático e instrumentalista de sua fase anterior ao inserir a luta de classes no próprio âmago do aparelho estatal, aprofundando o conceito de autonomia relativa (onde o Estado organiza o interesse político de longo prazo do bloco no poder) e diagnosticando o surgimento do "estatismo autoritário", caracterizado pelo fortalecimento do Executivo em detrimento das instituições representativas tradicionais (Poulantzas, 1980).

⁵ O verbete escrito pelo sociólogo português Jaime Roque, para o glossário "*Populisms and Emotions Glossary*" (2025), aponta para o fato de que Hall foi profundamente influenciado pelo trabalho de Ernesto Laclau (especialmente "Política e Ideologia na Teoria Marxista", de 1977) sobre a natureza do populismo como uma ruptura discursiva. Laclau demonstrou que os elementos de uma ideologia popular (como as noções de "povo" contra as "elites") não possuem um pertencimento de classe essencial ou eterno. Sendo assim, eles podem ser desarticulados de seus contextos progressistas originais e rearticulados pela direita, facilitando a aprovação popular de políticas autoritárias.

⁶ O Toryismo é uma vertente do conservadorismo britânico tradicional (*High Toryism*) que defende uma sociedade orgânica, hierárquica e paternalista, enraizada em instituições tradicionais como a monarquia, a

psique nacional britânica, como a família tradicional, o patriarcalismo, a respeitabilidade, a nostalgia imperial (a "Grandeza" da Grã-Bretanha) e, acima de tudo, o imperativo da "Lei e da Ordem". Segundo o autor:

A elaboração dessa doutrina populista [...] representa o trabalho ideológico crítico de construir um senso comum populista para o "Thatcherismo". É uma mistura particularmente rica por causa dos temas tradicionais ressonantes — nação, família, dever, autoridade, padrões, autossuficiência — que nele foram efetivamente condensados. Aqui, elementos de muitas ideologias tradicionais [...] foram inseridos e interligados para fazer um conjunto de discursos canalizados às práticas da direita radical e às forças de classe a que agora aspiram representar. (Hall, 2022. p. 197)

Portanto, a forma de Estado do Populismo Autoritário se caracteriza, fundamentalmente, por um posicionamento discursivo da direita radical ao lado do "povo", isto é, do trabalhador "árido", "pobre", contra o "bloco de poder", que, nesta narrativa, passou a ser identificado não com o capital corporativo, mas com a burocracia do Estado, os sindicatos todo-poderosos e os intelectuais progressistas. Através da criação de cadeias de equivalência semântica (onde Estado = coerção = socialismo = estagnação; e Mercado = escolha = liberdade = ser britânico), o Thatcherismo operou o que Gramsci chamou de transformismo: neutralizou a oposição popular e absorveu passivamente as suas queixas em um programa político de direita, estabelecendo uma nova autoridade social disciplinar (o Estado Forte) apoiada por um mandato populista (Hall, 2022, p. 193).

Hall termina por defender que o combate a esse hegemônico projeto exigia da esquerda uma renovação total, abandonando as ilusões de que a realidade material da crise econômica traria a classe trabalhadora de volta ao socialismo. A esquerda precisava travar a "batalha pelas ideias", operando no mesmo terreno do senso comum que o Thatcherismo havia conquistado (Ibid, p. 203). Tal formulação provocou uma resposta de Bob Jessop e seus colegas na *New Left Review* em 1984, elaborações que seriam ampliadas em um livro dedicado exclusivamente ao tema do Thatcherismo (Jessop, 1988). Este embate marca o primeiro momento decisivo na evolução do pensamento de Jessop sobre o populismo e as formas de Estado. Situado fortemente em

Igreja e a aristocracia. Diferente do liberalismo, valoriza a ordem social e a continuidade histórica sobre a liberdade individual absoluta.

uma tradição materialista e institucional de economia política marxista, Jessop procurou frear a deriva culturalista do debate britânico. Embora os autores reconhecessem a intuição de Hall ao rechaçar o reducionismo econômico, a sua crítica sistemática identificou profundas falhas operacionais e metodológicas na abordagem do PA.

A primeira crítica de Jessop já nos fornece elementos importantes para pensarmos o populismo enquanto categoria analítica, pois ela incidiu sobre a própria arquitetura semântica do conceito. Jessop argumentou que Hall focava excessivamente na "política de apoio" (como os votos eram ganhos via discurso/mídia) enquanto muito pouco dizia a respeito da "política de poder" (como o aparelho de Estado e a economia eram geridos para recompensar bases específicas), problema que chamou de "ideologismo". Para explicar o paradoxo do Thatcherismo ter sido, em muitos aspectos, um fracasso econômico para grande parte da população (já que gerou pouco crescimento agregado e desindustrializou o Reino Unido), mas permaneceu um "sucesso político", Hall utiliza do argumento da efetividade do discurso mobilizado pela mídia e pelos políticos, ou seja, nos termos de uma "sedução ideológica". Jessop, ao contrário, chama a atenção para como o aparelho de Estado recompensava seletivamente frações de classe enquanto punia outras. (Jessop, 1988, p. 73)

Exemplo disso são as profundas clivagens estruturais, regionais e de classe que caracterizavam o eleitorado britânico. Seria plausível afirmar que os 24% de desempregados e os 55% de homens profissionais de classe média que votaram nos Conservadores em 1983 o fizeram mobilizados pelas mesmas cadeias de sentido ideológicas? O enfoque monolítico do Populismo Autoritário ignorava as realidades da geografia econômica, como a polarização brutal entre o Sul da Inglaterra (que se beneficiava da financeirização) e o Norte e as "franjas Celtas" (Escócia e País de Gales), que sofriam com a desindustrialização acelerada e onde o Thatcherismo era ativamente repudiado.

Ou seja, para o autor, o Populismo Autoritário se tornou uma teoria "coringa", de alta amplitude e pouca efetividade na compreensão material dos fenômenos, muito atraente para a esquerda política porque pode ser esticada para se encaixar inúmeros cenários, ainda que substancialmente diferentes em natureza. Essa flexibilidade cobra

um preço: a falta de clareza, gerando explicações vagas ou múltiplas para o mesmo fenômeno (Jessop, 1988, pp. 71-72).

Jessop combate, portanto, o conceito de populismo como uma “forma de Estado”, como aparece em Hall, para ser uma possível dimensão discursiva de um projeto político maior e muito mais relacional. Afirma o autor:

Esse 'populismo' é de uma natureza bastante específica. Ele não se ocupa de uma mobilização populista ativa – a qual representaria uma ameaça à autonomia decisória do thatcherismo. Em vez disso, seu propósito é contornar a oposição organizada oriunda dos parlamentares da própria base governista (especialmente os chamados 'wets'), bem como do movimento operário. Afinal, se Thatcher representa o povo de forma direta, qualquer oposição pode ser retratada como antidemocrática. Nesse sentido, o populismo thatcherista possui, de fato, um caráter predominantemente plebiscitário e ventríloquo: Thatcher fala em nome do povo contra todos os interesses setoriais, incluindo aqueles de seu próprio partido (Jessop, 1984, s. p., tradução nossa)⁷

Essa passagem é reveladora. O que se opera nela é o esvaziamento do populismo como uma categoria ontológica orgânica ou como um movimento ativo de massas (forma do Estado), reconfigurando-o estritamente como uma tecnologia discursiva de cúpula. Ao adjetivar o populismo thatcherista como "plebiscitário e ventríloquo", o autor evidencia que a invocação abstrata do "povo" opera não como um vetor de engajamento cívico, mas como um mecanismo instrumental voltado à expansão da autonomia decisória do Executivo. Trata-se de uma engenharia discursiva cujo propósito central é contornar as mediações democráticas para asfixiar a oposição interna (as dissidências partidárias) e desarticular a oposição externa, notadamente o movimento sindical. Nessa chave hermenêutica, Jessop recusa qualquer "exorbitância da linguagem" que confira vida própria ao discurso; a retórica populista atua aqui como uma manobra de legitimação que transfigura qualquer resistência institucional ou

⁷ Original: *This 'populism' is of a quite specific kind. It is not concerned with an active populist mobilization-which would be threatening to the decisional autonomy of Thatcherism. Instead it is concerned to outflank organized opposition from government backbenchers (especially the so-called 'wets') as well as from the labour movement. For, if Thatcher represents the people directly, opposition can be presented as undemocratic. In this sense Thatcherite populism is indeed predominantly plebiscitary and ventriloquist in character: Thatcher speaks in the name of the people against all sectional interests, including those in her own party.* (Jessop, 1984, s. p.)

setorial em um ato antidemocrático, permitindo que a liderança monopolize a voz de um povo que, paradoxalmente, a própria liderança faz questão de manter desmobilizado.

Essa concepção instrumental e restritiva do populismo encontra seu corolário prático na tese do projeto de "duas nações", categoria fundamental para a sua apreensão da materialidade do thatcherismo. Longe de buscar uma hegemonia universalizante ou um consenso nacional-popular integrador, como ocorria no pretensão universal do discurso populista autoritário que Hall elabora, a retórica populista é acionada para legitimar uma fratura social e institucional estrutural. O thatcherismo opera uma cisão vertical entre um setor chancelado como "produtivo" (os "bons cidadãos" e "trabalhadores árdios", notadamente aqueles que se integram dentro do projeto) e um agrupamento classificado como "parasitário" (minorias, desempregados e os "dependentes de serviços públicos") (Jessop, 1988, p. 87-88). A eficácia do thatcherismo reside, portanto, em mobilizar o apoio da "primeira nação" para justificar o desmonte de direitos e impor os custos drásticos da reestruturação capitalista à "segunda nação", sem qualquer pretensão de conciliação. Assim, o populismo não é a essência de um novo regime de Estado, mas a argamassa ideológica contingente que viabiliza um modelo econômico excludente e autoritário, ancorando firmemente a análise nas bases materiais e institucionais, e distanciando-se de leituras puramente ideológicas.

A consequência dessa visão sobre populismo é a recuperação do conceito de "Estatismo Autoritário" de Poulantzas. Enquanto Hall usava o termo "Populismo Autoritário" para descrever o regime, Jessop argumentava que a mudança estrutural subjacente era em direção à intensificação do controle estatal, declínio da liberdade parlamentar e fortalecimento do executivo, processo esse meramente revestido por uma retórica populista. Portanto, o populismo era a forma de representação, enquanto o estatismo autoritário era a forma do Estado. Esta distinção é crucial: para Jessop, a ideologia (populismo) funcionava para mascarar a centralização do poder estatal (estatismo), não sendo o motor primário da transformação, como sugeria Hall.

Nesse sentido, o populismo é tanto uma estratégia de mobilização política, quanto uma forma de atuação política. Sua característica principal reside na tentativa de construção de uma identidade coletiva unificada (o "povo", a "nação", os "produtivos" etc.) em oposição a um inimigo comum (como as "elites", "sistema", "comunismo"),

servindo como uma ferramenta para estabelecer novos projetos que disputem o controle e a hegemonia do Estado. O conteúdo que distingue o populismo de outras estratégias de mobilização (como o sindicalismo de classe ou o liberalismo institucional) é a sua capacidade de condensar contradições diversas em uma única fronteira política, que se relaciona e se modifica na disputa estratégica-relacional das instituições.

Este debate estabeleceu uma linha de falha teórica fundamental: a relação entre a construção discursiva das identidades políticas (Hall) e os mecanismos materiais de seletividade estatal (Jessop). A insistência de Hall na natureza "orgânica" da crise destacou o trabalho cultural profundo necessário para mudar paradigmas políticos, enquanto a insistência de Jessop na estratégia das "Duas Nações" iluminou a divisibilidade material essencial à governança neoliberal. Esta tensão reapareceria, transformada, nos debates subsequentes com o pós-marxismo.

O GIRO DISCURSIVO DOS ANOS 90: LACLAU, MOUFFE E A CRÍTICA CONTEMPORÂNEA DE JESSOP

A partir de 1980, o campo marxista seria profundamente afetado por uma conjuntura teórica e política de rápidas transformações no capitalismo e o surgimento de novas formas de mobilização. Os questionamentos feitos por Stuart Hall em relação às limitações do marxismo para o trato de questões das lutas ecologistas, feministas, étnicas e por direitos civis, vistos de maneira breve na seção anterior, ganharam ainda mais força e levaram à afirmação de que o tecido social passava a ser composto por uma multiplicidade de demandas que não derivavam sua força de uma única posição na estrutura produtiva. É nessa perspectiva de nova realidade plural que autores como Laclau e Mouffe operaram uma extensão temática da linguística pós-estruturalista⁸ para

⁸ A linguística estruturalista, inaugurada por Ferdinand de Saussure, revolucionou as ciências humanas ao deslocar o foco do conteúdo histórico e individual para a análise das estruturas subjacentes e das regras sistêmicas que organizam o sentido. Ao postular que a língua é um sistema de signos interdependentes definidos por suas relações de oposição e não por uma essência positiva, o estruturalismo linguístico forneceu o modelo metodológico para o surgimento do estruturalismo antropológico de Claude Lévi-Strauss, a psicanálise lacaniana e a análise do discurso, consolidando a ideia de que o sujeito é atravessado e constituído por estruturas simbólicas que o precedem (Saussure, 2006)

o terreno político, apropriando-se de ferramentas teóricas de pensadores como Foucault, Derrida e Lacan. O marxismo foi, assim, descentrado: o foco migrou da busca por um sujeito revolucionário, como era a “classe trabalhadora”, para o estudo das “práticas articulatórias” contingentes. A formação de identidades coletivas (como o “povo”) passou a ser lida como um esforço constante para criar cadeias de equivalência entre grupos e reivindicações profundamente heterogêneos, assumindo que nenhuma categoria carrega um privilégio histórico ou uma essência garantida a priori que exista fora do próprio campo da disputa política hegemônica que é, com ênfase nesse ponto, mediada pela linguagem. (Therborn, 2012)

Nesse contexto, o centro de gravidade do populismo deslocou-se para a teoria do discurso pós-marxista de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. O seu trabalho seminal, *Populism and the Mirror of Democracy* (2005), e a obra posterior de Laclau, *On Populist Reason* (2005), redefiniram o populismo não como um movimento específico, mas como a própria lógica do político. Jessop envolveu-se profundamente com este “giro”, reconhecendo a sua utilidade para superar o reducionismo de classe, mas criticando ferozmente as suas premissas ontológicas.

A tese central presente na obra de Laclau é que “o povo” não é um dado pré-existente da estrutura social, mas uma construção política (2005, p. 224). Ele não é um grupo empírico em si, mas o resultado de um ato de instituição que cria uma nova agência a partir de uma pluralidade de elementos, o que o autor chama de “cadeias de equivalências”. Formulado de outra forma, demandas insatisfeitas díspares (ex: habitação, salários, direitos da água) são ligadas não pelo seu conteúdo positivo, real, mas pelo seu antagonismo partilhado em relação a um inimigo comum (a oligarquia, a elite, o poder institucional). Essa lógica de equivalência é exatamente o que fundamenta as fronteiras antagonônicas, sendo estas a condição *sine qua non* para a emergência estrutural, em outras palavras “construção simbólico-social” efetiva, do “povo”.

Trata-se de relações de contiguidade metonímica (uma relação de proximidade) estritamente contingentes. À medida que essa cadeia de equivalências se estende, incorporando uma multiplicidade de demandas sociais profundamente heterogêneas, a articulação entre seus elos torna-se cada vez menos “natural”, o que torna a identidade do inimigo do outro lado da fronteira muito mais instável. É justamente diante dessa

fluidez que o momento da nomeação e o investimento afetivo adquirem um papel central e constitutivo para fixar os limites do grupo. Por fim, é no interior dessa cadeia potencialmente infinita que uma demanda popular específica perde seu significado puramente partitivo e passa a encarnar a totalidade ausente da comunidade. (Laclau, 2005, pp. 224-225)

Nessa concepção, o populismo é a lógica de construção do povo, que o autor nomeia de "razão populista", título de sua obra. Mais radicalmente, ele afirma que a razão populista equivale à própria razão política de forma geral (*political reason tout court*):

A lógica de sua construção é o que chamei de 'razão populista'. [...] Uma demanda popular é aquela que encarna a plenitude ausente da comunidade por meio de uma cadeia de equivalências potencialmente infinita. É por isso que a razão populista - que equivale, como vimos, à razão política *tout court* [em si] - rompe com duas formas de racionalidade que anunciam o fim da política: um evento revolucionário total que, ao concretizar a reconciliação plena da sociedade consigo mesma, tornaria o momento político supérfluo, ou uma mera prática gradualista que reduz a política à administração (Ibid, tradução nossa)⁹

Para que esta cadeia se mantenha unida, ela necessita de um "ponto nodal" ou um "significante vazio": um símbolo (frequentemente o nome de um líder como Perón, ou um conceito como "Justiça") que é esvaziado de significado específico para que possa representar as aspirações universais da cadeia. O populismo, portanto, é o ato performativo de nomear o povo e traçar uma fronteira antagônica que divide o espaço social em dois campos irreduzíveis. Neste quadro, a "vagueza" do discurso populista não é uma falha, mas uma condição de possibilidade para a sua eficácia hegemônica.

Partindo desse mesmo arcabouço ontológico, Chantal Mouffe mobiliza a categoria formal de populismo para diagnosticar um fenômeno contemporâneo específico: a ascensão do populismo de direita nas democracias ocidentais. Para a

⁹ Original: *The logic of its construction is what I have called 'populist reason'. [...] A popular demand is one that embodies the absent fullness of the community through a potentially endless chain of equivalences. That is why populist reason - which amounts, as we have seen, to political reason tout court - breaks with two forms of rationality which herald the end of politics: a total revolutionary event that, bringing about the full reconciliation of society with itself, would make the political moment superfluous, or a mere gradualist practice that reduces politics to administration.* (Laclau, 2005, pp. 224-225)

autora, o avanço desses grupos atua como um sintoma direto do que ela denomina consenso "pós-político" ou a era do "fim da política" (2005, p. 51). Esse cenário caracteriza-se pela hegemonia liberal e pela crença de que o modelo adversarial de confrontação (a clássica disputa entre esquerda e direita por projetos de sociedade distintos) foi superado por um consenso de centro, fundamentado exclusivamente no livre mercado e na defesa dos direitos humanos. Nesse arranjo de "boa governança", as questões cruciais sobre a organização da vida em comum são retiradas do debate democrático e passam a ser geridas como problemas puramente técnicos, jurídicos ou administrativos, esvaziando a ideia de soberania popular (Ibid, p. 52).

Ao tentar apagar a dimensão inerentemente conflituosa e antagônica da política em prol dessa administração consensual, os partidos tradicionais criaram um profundo vácuo de representação. É exatamente esse espaço que o populismo de direita passa a ocupar. Ele atrai os setores populares descontentes com a globalização neoliberal porque é a única força que ousa traçar novamente uma fronteira antagônica mobilizando paixões políticas; para isso, constrói discursivamente "o povo" e o opõe a um "bloco de poder" (formado pelo establishment político, pelas elites econômicas e pela burocracia). Mouffe alerta, ainda, que a resposta das elites governantes a esse fenômeno costuma agravar o problema: incapaz de enfrentar o populismo no campo político com projetos socioeconômicos reais e alternativos, o establishment reage no registro moral. A fronteira política é substituída por uma fronteira ética entre "o bem" (os bons democratas) e o "mal" (a extrema-direita). Essa condenação moralista ignora as causas materiais da frustração popular e, ao tentar isolar esses grupos por meio de um "cordão sanitário", acaba paradoxalmente reforçando a imagem do populista como o único verdadeiro opositor do sistema vigente.

Artigo em que Bob Jessop expõe suas discordâncias com essas concepções foi "*Critical discourse analysis in Laclau and Mouffe's post-Marxism*" (2019). Nele, o autor argumenta que a teoria pós-marxista, presente nas formulações de Laclau e Mouffe, incorre em uma "exorbitação da linguagem" ao exagerar os aspectos textuais das práticas sociais, ignorando quase por completo as dimensões materiais e extra-discursivas da realidade. Pelo medo excessivo de reificar as estruturas institucionais, isto é, de as conceber como entidades fixas, naturais e dotadas de uma essência própria

que determinaria mecanicamente a ação humana, Laclau e Mouffe acabam analisando a ação política pela ótica estritamente discursiva, gerando um verdadeiro "vácuo institucional".

Quase parece que eles hesitam tanto em atribuir realidade a condições socialmente não reconhecidas, a propriedades evolutivas emergentes e a consequências não antecipadas de práticas discursivas, que preferem focar na psicodinâmica da mobilização hegemônica e na constituição discursiva de interesses e identidades daquilo que eles próprios veem como o referente empírico da sociedade, a saber, os indivíduos. (Jessop, 2019, p. 27, tradução nossa)¹⁰

A consequência é a redução do social à perspectiva de que todo espaço social estaria sob constante contestação ou poderia ser inteiramente reativado pela mera articulação de significantes. Ao operarem nesse vácuo, os autores perdem de vista a dimensão relacional, estratégica e acidental que caracteriza o sucesso ou o fracasso político. Daí a insistência da temática das “consequências não antecipadas de práticas discursivas”, já que a forma que um discurso público é apropriado pelos diferentes grupos de uma conjuntura muitas vezes adota caráter profundamente diferente dos planos de ação originais. Por consequência, atores políticos precisam estar constantemente elaborando e reelaborando sua atuação.

Esse caráter dinâmico faz com que as estruturas do Estado e do sistema político não sejam telas em branco onde qualquer narrativa pode ser inscrita de forma voluntarista; pelo contrário, elas possuem uma materialidade histórica que exerce uma rigorosa "seletividade estratégica". Isso significa que a própria arquitetura institucional do aparelho estatal e das dinâmicas regionais estruturalmente favorece certas forças, alianças e estratégias discursivas em detrimento de outras. Assim, o discurso ou a estratégia populista podem, ou não, serem efetivas a depender dessas seletividades. O voluntarismo do pós-marxismo falha ao sugerir que organizações partidárias ou lideranças poderiam forjar o "povo" e hegemonizar o espaço público apenas por meio de uma retórica hábil, ignorando que “retóricas hábeis” estão sempre em relação com restrições materiais que filtram quais projetos podem ou não prosperar. Discursos não

¹⁰ Original: *It almost seems as if they are so hesitant about attributing reality to socially unacknowledged conditions, emergent evolutionary properties and unanticipated consequences of discursive practices, that they prefer to focus on the psychodynamics of hegemonic mobilization and the discursive constitution of interests and identities of what they themselves see as the empirical referent of society, namely, individuals.* (Jessop, 2019, p. 27)

flutuam livremente; sua capacidade de sedimentação, ressonância e poder real de mobilização dependem intrinsecamente das condições prévias e das trincheiras institucionais a partir das quais os agentes travam suas disputas. Como argumenta o autor:

(...) ao descartar a distinção entre instituição e agência, Laclau e Mouffe criam mais problemas do que resolvem. (...) ou eles precisam introduzir furtivamente os complexos institucionais sem admitir isso, falhando assim em conceituar como eles simultaneamente facilitam e constroem a ação; ou devem ignorar as instituições de forma consistente e, com isso, falhar em lidar com a constituição, a persistência e a transformação de longo prazo das formações sociais globais (...). Do modo como se apresentam, concentram seu fogo crítico na reconstrução do conceito de hegemonia e em demonstrar como as práticas articulatórias constroem e desconstróem constantemente autoidentidades, posições de sujeito, pontos nodais, espaços sociais e políticos, e assim por diante. Mas as condições de existência pelas quais as práticas são ao mesmo tempo sustentadas e limitadas pelas estruturas institucionais mais permanentes nunca são explicitadas (Jessop, 2019, p. 27, tradução nossa)¹¹

O problema da exorbitação da linguagem, como é possível constatar, é de natureza semelhante ao “ideologismo” que Jessop acusava, décadas antes, Stuart Hall e seu conceito de “populismo autoritário”. Ao apontar na direção da necessidade de se levar em conta as seletividades estratégicas de um dado quadro político, o autor ecoava ao alerta de que o discurso populista de Margaret Thatcher era influente particularmente entre a população que, num primeiro momento, beneficiava-se da política de desindustrialização colocada em prática pelo neoliberalismo emergente. Em outras palavras, as nuances materiais e sociais de um grupo explicam o porquê da mensagem ser captada ou rechaçada. A constatação mais importante que podemos tirar desse debate é que o populismo é, necessariamente, uma relação social. E como tal, insere-se em contextos e tem motivos e desmotivos de eficácia.

¹¹ Original: (...) *in dismissing the distinction between institution and agency, Laclau and Mouffe create more problems than they solve. (...) either they must smuggle institutional complexes in without acknowledging this and so fail to conceptualize how they both facilitate and constrain action; or they must consistently ignore institutions and thereby fail to deal with the constitution, persistence and long-term transformation of global social formations (...). As it is, they concentrate their critical fire on reconstructing the concept of hegemony and showing how articulatory practices constantly construct and deconstruct self-identities, subject positions, nodal points; social and political spaces, and so on. But the conditions of existence of which practices are both sustained and limited by the more permanent institutional structures are never.* (Jessop, 2019, p. 27)

Tais formulações ganham ainda mais relevância ao analisarmos as próprias formulações do que Jessop chamaria de Economia Política Cultural (CPE).

UMA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA O POPULISMO: A ECONOMIA POLÍTICA CULTURAL (CPE – *CULTURAL POLITICAL ECONOMY*)

Antes de considerarmos a Economia Política Cultural (*Cultural Political Economy* – CPE) em si, é importantes primeiro revelar a abordagem metodológica que deu base para a sua formulações: a Abordagem Estratégico-Relacional (*Strategic-Relational Approach* – SRA). Essa matriz analítica tem suas raízes na crítica da economia política, baseando-se especificamente nas contribuições teóricas de Karl Marx e Nicos Poulantzas. O pressuposto ontológico central da abordagem estabelece que o capital e o Estado não operam como "coisas" tangíveis ou "sujeitos" autônomos, mas constituem-se como relações sociais estruturadas.

Jessop ilustra a essência conceitual da Abordagem Estratégico-Relacional (SRA) evocando a famosa anedota de Marx sobre o infeliz Sr. Peel, narrada no Volume I de *O Capital* (Jessop, 2014, s. p.). O Sr. Peel, um capitalista inglês esperançoso, levou consigo para a colônia de *Swan River*, na Austrália Ocidental, meios de produção, máquinas e suprimentos no valor considerável de £50.000, além de um contingente de 3.000 pessoas da classe trabalhadora (homens, mulheres e crianças). Contudo, ao chegar ao destino onde a terra era abundante e gratuita, os trabalhadores rapidamente abandonaram Peel para se tornarem produtores independentes em suas próprias parcelas de terra, deixando o pretense capitalista isolado, sem ninguém sequer para arrumar sua cama ou buscar água no rio. A lição teórica que se extrai desse evento é que o capital não é a máquina reluzente, os meios de subsistência ou o dinheiro em si depositado no solo australiano, mas uma relação social coercitiva entre pessoas, mediada pela instrumentalidade das coisas, e que depende ontologicamente de certas condições prévias de desapropriação estrutural dos meios de subsistência por parte da classe

trabalhadora. Sem a relação social assimétrica de subordinação, os objetos perdem seu poder de capital.

Da mesma forma, Jessop argumenta que o poder do Estado, e por extensão o poder político exercido em seu interior, é também uma "relação social". O poder estatal é definido na SRA como a condensação material de uma relação histórica de forças entre classes, frações de classe e outros atores sociais, que se expressa dentro do próprio aparelho do Estado de uma forma necessariamente específica. A arquitetura interna do Estado, suas ramificações legais e suas rotinas administrativas não constituem um árbitro neutro, cego e imparcial pairando acima da sociedade, mas sim um complexo terreno institucional atravessado por profundas seletividades estratégicas (*strategic selectivities*). A existência dessas seletividades significa que as instituições de intervenção governamental, como legislativos, burocracias fiscais, sistemas judiciais ou bancos centrais, oferecem vantagens estruturais massivas a certos interesses, estratégias de acumulação e discursos políticos, ao mesmo tempo em que dificultam, marginalizam ou bloqueiam ativamente a viabilidade de outros projetos. O Estado é, por definição, um campo de jogo inclinado (Jessop, 2019, p. 60).

É nessa lente analítica que a natureza do populismo é revelada. Tendo em vista as seções anteriores, e para não nos tornarmos repetitivos, basta dizer que ela não se resume ao líder carismático vociferando no palanque (o nível da enunciação discursiva e da atração demagógica), mas compreende imperativamente uma relação dialética e contínua entre agentes sociais e as pesadas estruturas estatais. Líderes, partidos e amplos movimentos populistas agem estrategicamente sobre o corpo do Estado para transformá-lo, ao passo que o Estado, com suas hierarquias e inércias, reage, impõe limites rigorosos e, em última instância, molda e domestica a própria natureza e as possibilidades desses movimentos insurgentes.

Enquanto a Abordagem Estratégico-Relacional (SRA) tradicional já oferecia por si só uma ferramenta teórica para analisar a dança complexa entre instituições estatais e forças de classe, Bob Jessop percebeu a necessidade de refinar seus instrumentos para lidar adequadamente com a crescente proeminência da linguagem, da mídia e da percepção no capitalismo tardio. Assim, em parceria intelectual com Ngai-

Ling Sum¹², Jessop desenvolveu a Economia Política Cultural (CPE) com o objetivo explícito de lidar de forma mais rigorosa, materialista e sofisticada com o chamado "giro cultural" (*cultural turn*) nas ciências sociais (2013). Pode-se dizer que a CPE aprimora de maneira substancial a análise teórica do populismo ao integrar ferramentas metodológicas da Análise Crítica do Discurso (CDA - *Critical Discourse Analysis*), estudos foucaultianos sobre governamentalidade e o conceito gramsciano de hegemonia à arquitetura prévia da SRA, criando assim um modelo unificado para explicar científica e detalhadamente como os sentidos, interpretações e significados (o domínio da semiose) são engrenagens fundamentais para a estabilização contingente ou a ruptura traumática dos regimes de acumulação econômica e da morfologia do poder do Estado.

Em linha geral, os autores argumentam que o excesso de informações, as infinitas variáveis e os choques caóticos do capitalismo financeiro global superam qualquer racionalidade administrativa ilimitada. Por conseguinte, para que a ação social e governamental seja sequer possível, todos os agentes políticos, burocráticos e sociais, incluindo marcadamente os líderes e movimentos populistas, necessitam engajar-se profunda e incessantemente na redução ativa dessa complexidade estonteante através de mecanismos duplos de semiose (criação de marcos de significado) e de estruturação (imposição de restrições de possibilidade material, o que na SRA pode é chamado de seletividade estratégica).

O estratégia do populismo, quando submetida ao escrutínio analítico da CPE, revela sua face sociológica: com sua gramática fortemente dicotômica, carregada de afeto e simplificações morais ("o povo virtuoso e traído" engajado em uma batalha apocalíptica contra "as elites corruptas, tecnocratas opressores ou forças globalistas predatórias"), a retórica populista não é um simples erro cognitivo, mas funciona primária e cirurgicamente como um poderoso dispositivo heurístico de redução de complexidade. A narrativa populista possui o condão político e psicológico de

¹² Ngai-Ling Sum é uma das principais formuladoras, ao lado de Bob Jessop, da abordagem da Economia Política Cultural (CPE), que busca integrar a análise das estruturas materiais com a dimensão semiótica e discursiva da vida social. Sua contribuição original reside na sistematização do mecanismo evolucionista de "variação, seleção e retenção", utilizado para explicar como determinados imaginários econômicos e políticos (como o populismo ou estratégias de desenvolvimento) logram êxito em se consolidar e se institucionalizar em detrimento de outros. Ao enfatizar a "virada cultural" dentro da economia política, Sum oferece ferramentas para compreender como o sentido é construído e mobilizado para estabilizar projetos hegemônicos e formas de governança

transformar as crises incrivelmente intrincadas, sistêmicas, abstratas e globais do capitalismo contemporâneo (como a financeirização predatória, as oscilações cambiais ou a reestruturação das cadeias de suprimento) em narrativas altamente simplificadas, visceralmente morais e, sobretudo, dotadas de antagonistas concretos e culpados facilmente identificáveis e atacáveis pelo homem comum. A sedução do populismo reside na sua capacidade semiológica de fornecer respostas claras e bodes expiatórios visíveis para processos econômicos que, de outra forma, pareceriam forças invisíveis e incontroláveis do mercado mundial.

O histórico do conceito de Populismo no Brasil, no entanto, parece ter questionado com eficácia alguns desses pressupostos. A afirmação de que o populismo pode fornecer respostas claras a problemas complexos, ou mesmo que ele ocupa espaços deixados pela crise das forças hegemônicas podem parecer, para dizer o mínimo, estranhas. Na historiografia brasileira, inúmeros autores se dispuseram a questionar tais pressupostos, argumentando que a lente do populismo reduz as interações políticas a um mero artifício de ilusão e controle das massas, invisibilizando a agência, as tradições de luta e a capacidade de interlocução e negociação dos próprios trabalhadores. Diante do que consideram ser uma palavra de sentido engessado e danoso à pesquisa histórica, a saída proposta foi constantemente o esvaziamento e o abandono do conceito¹³.

Para escapar das amarras desse determinismo, a solução por Ângela de Castro Gomes (2001, p. 44), criadora do paradigmático conceito de “trabalhismo”, consistiu em substituir a chave analítica do populismo pelos instrumentais teórico-metodológicos da História Social e da História Cultural. Orientando-se fortemente pelas formulações de E. P. Thompson, a ênfase deslocou-se para o processo histórico de formação da classe trabalhadora, com o objetivo precípuo de resgatar sua capacidade de agência, suas experiências e suas tradições de luta. Em paralelo, ancorados em conceitos da História Cultural, como circularidade, apropriação e resistência, tributários de autores

¹³ Coletânea de capítulos seminal nesse sentido é a organizada por Jorge Ferreira “O populismo e sua história: debate e crítica” (2001); autores fundamentais para a renovação da história social no país empreenderam, na obra, um esforço sistemático para desconstruir o uso da categoria, que consideram preconceituosa e anunciadora de uma suposta “passividade das massas”.

como Carlo Ginzburg e Roger Chartier (Ferreira, 2001, p. 100), o historiador Jorge Ferreira buscou demonstrar que os discursos e legislações emanados pelo Estado não são recebidos em um vácuo de aceitação dócil. Pelo contrário, sofrem constantes reelaborações e ressignificações por parte dos sujeitos populares, o que justificou, para esses historiadores, a repulsa a um conceito que supostamente "bestializaria o povo", optando-se por uma narrativa histórica erigida "de baixo para cima".

Portanto, o que a permanência do conceito tem a oferecer no interior de uma historiografia cujos nomes de peso já anunciaram seu crepúsculo? Nossa resposta para isso é que a ênfase de Jessop da seletividade estratégica do Estado, marcadamente o escopo institucional da política, e na sua integração com a semiótica, própria de elementos do discurso, tem a capacidade de apreciar um conceito de Populismo definido, como vimos, no sentido de uma estratégia política que pouco tem a ver com a manipulação de massas amórficas que não possuem agência. Na verdade, tanto o político considerado "populista" quanto os grupos da população que o apoia ou deixa de apoiar estão inseridos na seletividade estratégica do Estado. A escolha do voto, portanto, significa tanto o sucesso da tática populista, como o cálculo da própria população sobre suas possibilidades de ganhos materiais. Nessa perspectiva, um grupo de eleitores pode optar pelo voto em uma figura específica, de caráter populista, porque assim entenderam que tinham maiores possibilidades de ganhos materiais na circunstância específica.

No referencial analítico que nos propomos a desdobrar nesse artigo, o populismo é compreendido primariamente como uma forma histórica e institucional de representação política e como um modo de articulação de projetos estatais. Ele opera ao lado, e muitas vezes em tensão, com outras formas de representação no Estado capitalista, tais como o clientelismo, o pluralismo de grupos de interesse, o corporativismo e o parlamentarismo clássico.

Geralmente esse tipo de representação opera em meio a crises. Em tempos de relativa normalidade, a efetividade da mobilização costuma ser baixa. Contudo, em momentos de desorientação profunda causados por choques conjunturais e crises orgânicas agudas do Estado ou de estagnação econômica severa (sendo o exemplo arquetípico a crise financeira global do Atlântico Norte de 2008), as velhas narrativas

hegemônicas, os paradigmas de política pública e as verdades do senso comum perdem rapidamente sua plausibilidade e legitimidade. Ocorre então uma "variação" semântica, intelectual e estratégica explosiva, caracterizada pelo surgimento prolífico de novos imaginários políticos concorrentes, interpretações diversificadas sobre as causas da crise (*crisis construals*) e uma multiplicidade de discursos populistas (estratégias de mobilização de massas disformes em um mesmo projeto) irrompendo tanto à direita quanto à esquerda do espectro político (Jessop; Sum; 2013, p. 196)

Indo nessa direção, o sociólogo Jacob König, em seu estudo sobre o partido espanhol Podemos (2017, p. 1), mobiliza a Abordagem da Economia Política Cultural (CPE) para analisar como o populismo de esquerda articula sua visão da economia. Analisando o projeto político do partido e contrastando ele a suas medidas materiais, o autor demonstra que o Podemos atuou para construir um sujeito político unificado, "o povo", em oposição a uma elite, que, no âmbito econômico, é discursivamente representada pela financeirização excessiva e pela fraude fiscal. Utilizando o conceito de "imaginário econômico" da CPE, que une as estruturas materiais da economia à sua dimensão semiótica e de criação de sentido, König argumenta que ocorre uma projeção de um "Estado de Bem-Estar Keynesiano Nacional-Popular". Segundo a análise, a adoção dessa retórica populista atua como um instrumento de disputa hegemônica em resposta ao deslocamento à direita do discurso político e econômico nas últimas décadas. Dessa forma, o partido defende políticas de viés essencialmente social-democrata e estabilizador, mas as articula discursivamente como uma alternativa radical voltada para a superação do neoliberalismo, a conciliação de classes e a coesão social (Ibid, p. 53)

Já a antropóloga Katharina Bodirsky (2016) utiliza Jessop como referencial para defender que as bases materiais das instituições representativas e de bem-estar social na Europa foram abaladas pela transnacionalização e neoliberalização do sistema de Estado. Ao detalhar esse processo, a autora aponta que a transferência de poderes econômicos para instâncias supranacionais (como a União Europeia) limitou a governança nacional, gerando uma profunda crise de legitimidade e desilusão popular com a política institucional. Como consequência dessa erosão da representatividade democrática, Bodirsky argumenta que os governos têm adotado práticas do

"neoliberalismo autoritário", fincadas em estratégias populistas, abandonando a busca por consenso em favor de mecanismos de coerção explícita e estrutural para reprimir alternativas políticas e sustentar a ordem econômica capitalista. (Ibid, p. 123).

O ponto que tais estudos revelam é que o conceito de populismo, incorporado à Economia Política Cultural, só funciona enquanto mecanismo de retenção (Jessop; Sum; p. 413). O projeto populista está sempre se correlacionando com a estrutura material, e transformando-se nesse processo. Assim, ele pode se converter em políticas estatais reais, alocações orçamentárias concretas, novos quadros legais punitivos ou redistributivos, tecnologias burocráticas de vigilância e, no limite, em um novo senso comum normatizado que pauta a vida cotidiana.

Pensando nas possibilidades de seu uso metodológico em estudos, selecionados 5 cuidados que o pesquisador deve ter ao usar o conceito de populismo, visto o que foi debatido até agora:

1: O populismo é, necessariamente, uma relação social fluida e complexa. A dimensão prioritária de seu estudo é a investigação de como ele opera enquanto uma estratégia conjuntural que condensa múltiplas tensões sociais e assimetrias de poder. Em outras palavras, o objetivo do pesquisador que trabalhe com esse referencial é entender o porquê, no interior da seletividade estratégica, a estratégia populista consegue encontrar sucesso e não fracasso. Ou, de forma contrária, como ela encontra fracasso e não sucesso. Isso implica em investigar a recepção do populismo em diferentes locais e compará-los, buscando singularidades e disparidades em seus resultados. A força do líder populista, portanto, não se sustenta apenas em um vácuo de sedução retórica, mas depende de uma intrincada rede de compromissos táticos com o capital, a mídia, as burocracias do Estado e as bases sociais, que atuam de volta na mesma seletividade. Consequentemente, a verdadeira engrenagem do populismo reside na materialidade das ações estatais, exigindo que a academia vá além dos discursos de palanque para investigar como esse poder se viabiliza silenciosamente por meio de políticas fiscais, jurídicas e administrativas cotidianas que distribuem custos e benefícios de forma seletiva na sociedade.

2: A segunda precaução metodológica da análise reside no reconhecimento da profunda contingência do discurso político, evidenciando a vasta lacuna entre a enunciação retórica do líder populista e sua efetiva implementação material. Como um discurso não garante unilateralmente seus próprios efeitos práticos, ele sofre inevitáveis mutações, resistências dissimuladas e reinterpretações ao adentrar nas malhas da mídia e na capilaridade da burocracia estatal. Nesse sentido, o pesquisador deve rastrear empiricamente como promessas inflamadas de comícios, sejam nacionalistas ou de resgate social, são frequentemente desidratadas, traduzidas ou cooptadas por tecnocratas e forças conservadoras entrincheirados nos bastidores do poder na hora de se converterem em políticas públicas, leis e orçamentos reais. Portanto, assumir uma obediência mecânica da máquina governamental à voz do líder é ignorar a inércia institucional e a feroz contestação política silenciosa que operam diariamente no seio do Estado.

3: O terceiro alerta metodológico exige analisar o populismo sob uma dupla condicionalidade espaço-temporal: ele é, de forma simultânea, um produto histórico moldado pelas inércias institucionais do passado (Dependência de Trajetória, ou *path-dependency*) e um agente transformador que busca ativamente reconfigurar essas mesmas restrições no presente (ou modelagem de trajetória, *path-shaping*). Como foi mencionado, os movimentos populistas não surgem do vácuo ou da mera genialidade de um líder, mas emergem das fraturas estruturais, do esgotamento de modelos econômicos e do colapso de arranjos representativos anteriores. Contudo, ao ascenderem ao controle estatal, os atores populistas não se limitam a operar passivamente dentro das regras herdadas. Pelo contrário, eles investem capital político para alterar a arquitetura do Estado ou o seu viés institucional, o que frequentemente envolve táticas das mais diversas, sejam autoritárias, sejam democráticas.

4: O quarto cuidado metodológico, ancorado na Economia Política Cultural (CPE) e no realismo crítico, exige a separação rigorosa entre a construção narrativa e a efetiva construção social material e institucional. Enquanto a primeira refere-se às narrativas e enquadramentos retóricos que os líderes populistas utilizam para dar sentido à complexidade do mundo e mobilizar as massas, a segunda diz respeito à real materialização dessas ideias em burocracias, leis e orçamentos do Estado. O erro fatal

das abordagens construtivistas radicais é presumir que o discurso hegemônico molda a realidade de forma mágica e automática; na prática, a retórica de palanque ou de redes sociais não cria estruturas concretas por decreto. Para que uma narrativa volátil se converta em uma ordem estatal duradoura, ela precisa sobreviver a difíceis mecanismos evolutivos de seleção e retenção, dependendo da mediação das instituições, da tolerância do bloco de poder e do uso de forças extra-semióticas. Por isso, é perfeitamente possível, e empiricamente comum, que um movimento populista domine o debate público e a agenda midiática com uma narrativa forte (construção narrativa), mas fracasse fragorosamente na hora de governar e aprovar reformas reais (*construction*) devido a inabilidades táticas ou à inércia de uma burocracia resistente.

5: O quinto e último cuidado metodológico resgata a crítica da economia política clássica para alertar contra a ilusão da onipotência estatal, exigindo que a análise do populismo reconheça os limites estruturais impostos pelo modo de produção capitalista global. Por mais ambicioso, esteticamente comovente e mobilizador que seja o projeto nacionalista de um líder populista, ele inevitavelmente colide de frente com a dura materialidade da "forma-valor", a lógica de acumulação internacional e as severas restrições dos circuitos financeiros. Fatores ineludíveis, como a dependência do Estado na arrecadação de impostos (intrinsecamente atrelada à rentabilidade do capital privado), a disciplina punitiva dos mercados financeiros globais e a "dominância ecológica" da lógica do lucro na sociedade, atuam como barreiras esmagadoras às promessas de redistribuição ou soberania radical. Portanto, ignorar essa dimensão estrutural significa cometer o grave erro teórico de analisar a "política pela política", tratando a governança populista como se ela flutuasse milagrosamente em um vazio institucional, imune às inescapáveis cadeias globais de produção e extração de valor.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Nos anos 80, o debate entre Stuart Hall e Bob Jessop sobre o Thatcherismo centrou-se na eficácia da ideologia versus a estrutura. Hall demonstrou que o populismo constrói o "povo" através do discurso, criando uma realidade "vívida" de crise que

legítima a autoridade (Populismo Autoritário). Jessop contra-argumentou que este trabalho ideológico era sustentado por uma estratégia material implacável das "Duas Nações" que dividia estruturalmente a classe trabalhadora em setores produtivos e parasitas, consolidando o poder não apenas pelo consenso, mas pela seletividade estrutural.

Nos anos 90 e 2000, o envolvimento com Laclau forçou um confronto com a ontologia do social. Embora reconhecendo o poder do "significante vazio" para agregar demandas, a crítica de Jessop à "exorbitação da linguagem" reafirmou a necessidade da causalidade material. Ele argumentou com sucesso que, embora o discurso crie a possibilidade de um sujeito populista, é a realidade extra-discursiva (a economia, o aparelho de Estado) que determina a sua viabilidade e durabilidade.

Esta evolução desloca a análise do populismo do reino da retórica (o que os populistas dizem) para o reino da governança (o que o populismo faz ao Estado). Revela o populismo como uma estratégia específica para gerir a "seletividade estratégica" do Estado quando os modos normais de representação se atrofiam, funcionando como um mecanismo volátil, mas potente para reestabilizar, ou desestabilizar radicalmente, o exercício do poder estatal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografias dos Estudos Culturais: uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HALL, Stuart. O grande espetáculo da guinada à direita. *ALCEU*, 22(46), 190–204, 2022. <https://doi.org/10.46391/ALCEU.v22.ed46.2022.287>.

HALL, Stuart. **The hard road to renewal: Thatcherism and the crisis of the left**. Londres: Verso, 2021. E-book

JESSOP, Bob *et al.* Authoritarian Populism, Two Nations, and Thatcherism. *New Left Review*, Londres, n. 147, p. 32-60, set./out. 1984. Disponível em: Disponível em:

<https://bobjessop.wordpress.com/2014/04/29/authoritarian-populism-two-nations-and-thatcherism/>. Acesso em: 27 fev. 2026.

JESSOP, Bob. **Critical discourse analysis in Laclau and Mouffe's post-Marxism**. Simbiótica. Revista Eletrônica , v. 6, n. 2, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://share.google/5Rfx8wwHYuFQlry3f>. Acesso em: 1 mar. 2026.

JESSOP, Bob et al. **Thatcherism: a tale of two nations**. Cambridge: Polity Press, 1988

JESSOP, B. **The State: past, present, future**. Cambridge: Polity Press, 2016.

JESSOP, Bob. **The Strategic-Relational Approach: An Interview with Bob Jessop**. Bob Jessop [Blog], 2 dez. 2014. Disponível em: <https://bobjessop.wordpress.com/2014/12/02/the-strategic-relational-approach-an-interview-with-bob-jessop/>. Acesso em: 1 mar. 2024

KÖNIG, Jacob. **The Political Economy of Left-Wing Populism: social relations and the economic imaginary of Podemos**. 2017. Dissertação de Mestrado (Sociologia) – Department of Sociology, Lund University, 2017.

LACLAU, Ernesto. **On Populist Reason**. London: Verso, 2005.

Mouffe, C. The 'End of Politics' and the challenge of Right-wing Populism. In: PANIZZA, Francisco (Org.). **Populism and the Mirror of Democracy**. London: Verso, 2005.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980

ROQUE, Jaime. Authoritarian populism. In: GIANOLLA, Cristiano et al. (org.). **Populisms and Emotions Glossary**. Coimbra: UNPOP/Centro de Estudos Sociais, 2025. Disponível em: <https://unpop.ces.uc.pt/en/authoritarian-populism/>. Acesso em: 27 fev. 2026

THERBORN, Göran. **Do marxismo ao pós-marxismo?** São Paulo: Boitempo, 2012.